

O nexu socioeconômico da agenda global

JOSÉ ELI DA VEIGA¹

Só pode ser louvável o esforço diplomático que o governo brasileiro vem fazendo para que a “erradicação da pobreza” tenha ao menos tanto peso quanto a “economia verde” na agenda global.² Pois não parece haver outro objetivo social mais prioritário. Em decorrência, não poderia mesmo ter deixado de ser simplória a resposta do embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado ao ser indagado sobre o motivo de tal “preponderância” no documento da contribuição brasileira à UNCSD 2012. Simplesmente lembrou a necessidade de “uma visão integrada” entre os famosos “três pilares” do desenvolvimento sustentável.³

No entanto, essa trivialidade é só aparente, pois o desenvolvimento sustentável não depende apenas de três pilares. Por mais que essa brilhante fórmula de John Elkington tenha se mostrado excelente para o trabalho

-
1. Professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).
 2. A agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD 2012), cuja ambição não se resume ao estigma de mera “Rio+20”.
 3. Cf. entrevista à jornalista Karina Ninni, Caderno Planeta de *O Estado de São Paulo*, 21/12/2011, p. H2.

pedagógico junto às empresas,⁴ ela não pode ser extrapolada para o conjunto da sociedade, âmbito no qual dimensões políticas, territoriais, culturais, psicológicas, etc., têm forçosamente importâncias comparáveis. E mesmo admitindo que todas elas pudessem ser reduzidas aos tais “três pilares”, uma séria indagação decorreria da corretíssima menção do embaixador à necessidade de uma “visão integrada”. Será que um ótimo capítulo sobre o combate à pobreza, antes ou depois de outro sobre economia verde, garantiria algo parecido com uma “visão integrada”?

A questão é, portanto, bem menos trivial do que pode parecer à primeira vista. Principalmente porque é um gravíssimo equívoco supor que a erradicação da pobreza necessariamente engendraria redução das desigualdades sociais, este sim o tema efetivamente integrador do desenvolvimento sustentável, mas que continua a ser o grande tabu nas relações internacionais (e não só).

Se a melhoria da situação dos que estiverem deixando de ser pobres for inferior à dos que já não eram, a desigualdade não diminuirá. Poderá mesmo aumentar. Daí a necessidade de se reconhecer que tanta ênfase na questão da pobreza oferece um ótimo alibi para que as Nações Unidas continuem a evitar o indispensável debate sobre a questão das desigualdades. Tanto sobre assimetrias internacionais, de caráter geopolítico, quanto sobre as desigualdades materiais internas a cada país.

Então, para que seja possível avançar na busca do que o embaixador chamou de “visão integrada”, um sério pré-requisito é não esquecer que os extremamente precários níveis e padrões de consumo da maior parte da população mundial coexistem com os que já são pletóricos entre as minorias mais privilegiadas.

Segundo o World Bank Development Indicators, quase 4/5 do consumo global (76,6%) é realizado pelos dois décimos mais ricos. O décimo mais rico da população global é responsável por quase 3/5 do consumo (59%). E basta consultar os estudos disponíveis sobre os mercados de luxo para constatar que suas taxas de crescimento sempre superam as demais, tanto em fases de expansão, quanto nas de retração global.⁵

4. Ver resenha do livro de John Elkington *Sustentabilidade; Canibais com Garfo e Faca* (M.Books,2011) no jornal *Valor Econômico* de 27/09/2011, p. D10.

5. Ver, por exemplo, o “Worldwide Luxury Markets Monitor” mantido pela Fondazione Altgamma: http://www.altgamma.it/img/homepage/files/25_79_file.pdf

Também é verdade que grande parte do consumismo de minorias privilegiadas é menos futilidade do que recentíssima conquista de liberdades que, por milênios, eram desfrutadas por ínfimos estamentos sociais. O acesso a objetos e aparências é um passaporte para a dignidade de ser aceito socialmente sem tropeçar em rígidas hierarquias (SEN, 1999). Fenômeno que reduz, dribla, ou disfarça parte significativa das desigualdades sociais objetivas, sejam elas raciais, religiosas, de background familiar, etc.

O CRESCIMENTO COMO DILEMA

Esses dois lados do consumo moderno estão no centro da contradição que Jackson (2009) caracterizou como “o dilema do crescimento”, que Victor (2008) chamou de “decepção do crescimento”, e que já havia sido chamado de “impasse” por Comeliau (2006): o crescimento econômico se mostra insustentável sob o prisma socioambiental, sem que tenham surgido as condições objetivas para sua negação, por mais que as subjetivas comecem a brotar.

É cada vez mais abundante a literatura sobre a possibilidade de que tal contradição seja resolvida numa “sociedade pós-crescimento” (Hamilton, 2003). Principalmente na França, onde mais se faz a “aposta do decrescimento” (LATOUCHE, 2006), muitas vezes como “alternativa ao capitalismo” (DUVERGER, 2011), e onde já se dá até “adeus” ao crescimento (GADREY, 2010).

Todavia, são abordagens de irrisória influência no debate internacional, como estão demonstrando os inúmeros relatórios preparados para a cúpula mundial de junho. As propostas de “Green New Deal”, de “Green Economy”, ou mais explicitamente de “Green Growth”, são unânimes em afirmar que o caminho para a sustentabilidade é a desmaterialização da produção, sob a etiqueta do “decoupling”: cada vez menos recursos naturais e impactos ambientais por unidade de produto.⁶ Projetam para a economia global desempenhos como a da Dinamarca, que reduziu suas emissões de

6. A expressão se refere aos processos pelos quais o uso de recursos naturais e seus impactos ambientais se descolam, se desligam, se dissociam, se descasam, ou se desvinculam do crescimento econômico. Na falta de uma tradução consolidada, este texto adota provisoriamente o termo “descolamento”.

dióxido de carbono em 10% enquanto multiplicava por 8 o seu PIB per capita (LAURENT, 2011: 214)

Então, antes de abordar a relação do que está sendo chamado de “economia verde” com sua dimensão “social” (erradicação da pobreza simultânea à redução das desigualdades), é preciso saber se o “descolamento” poderia mesmo evitar a contestação do crescimento econômico e, portanto, do aumento incessante do consumo.

DESCOLAMENTO SÓ RELATIVO?

A maior parte das evidências contraria a tese de que a grande saída rumo ao desenvolvimento sustentável seja a desmaterialização da economia. Pois o descolamento não é absoluto, mesmo em casos nos quais ele tem se mostrado até espetacular. Por exemplo, nas acentuadas quedas de intensidade-carbono, ou da própria intensidade-energética da economia global.

desde 1990, ultrapassando em 70% o crescimento econômico global medido pelo PIB (JACKSON, 2009).

A suposição de que o descolamento relativo engendraria harmonia entre crescimento econômico e meio ambiente decorre de sua exclusividade para as vantagens das inovações advindas de avanços tecnológicos baseados na ciência. Esquece que a tecnologia não deve ser isolada dos dois outros fatores que mais contribuem para o impacto ambiental das atividades humanas: o tamanho da população e seu nível de afluência. A inovação que gera o descolamento é incapaz de também reduzir a pressão absoluta sobre os recursos naturais sempre que seus efeitos se chocam ao contraponto desses dois aumentos: o populacional e de seus níveis de consumo. É “a questão da escala”, jargão dos economistas ecológicos para caracterizar esse problema (DALY, 1997, DALY & FARLEY, 2004).

O descolamento também não se traduz em menor pressão absoluta sobre os recursos naturais por causa de um efeito “de rebote” (*rebound effect*). A poupança obtida com aumento de eficiência energética tende a ser empregada no consumo de outros bens e serviços, com custos energéticos que podem provocar um jogo de soma zero, situação descrita como “tiro pela culatra” (*backfire*) (SORRELL, 2007).

A noção de descolamento também é contrariada pela simples possibilidade de lançamento de novos produtos que não sejam tão ecoeficientes. A dinâmica inovadora, que constitui uma das principais forças motrizes da economia capitalista, não permite que as empresas garantam sua sobrevivência apenas pela busca de minimização de custos. É vital para sua adaptação que procurem lançar novidades mais atraentes e estimulantes para os consumidores, mesmo que mais caras e mais devoradoras de recursos naturais.

Apesar disso, todos os documentos de organizações internacionais que tratam da economia verde apostam todas as fichas nos efeitos milagrosos do “decoupling”, mesmo que se possa se pinçar aqui e ali alguns raros sinais de dúvida. Por exemplo, na nota introdutória de Achim Steiner ao relatório da UNEP sobre o “decoupling”, quando ele reconhece que, num mundo com mais de 9 bilhões de habitantes, o consumo médio global teria que ser reduzido das 9 toneladas anuais per capita para algo em torno de 5 ou 6 toneladas (UNEP, 2011a). Ou no “World Economic and Social Survey 2011”, que até especula sobre eventual limitação do consumo de energia per

capita a um máximo de 70 gigajoules/ano, metade do europeu e um quarto do norte-americano (ONU-DESA, 2011).

Todavia, como há muito tempo é consistentemente declinante a participação relativa de recursos como petróleo e minérios em cada dólar de PIB, a esmagadora maioria dos economistas continua supondo que a natureza não ofereça quaisquer limites ao crescimento econômico.

Esse é o cerne da pregação sobre o crescimento verde. Afirma-se essencialmente que reconfigurações dos processos produtivos e mudanças na própria concepção de bens e serviços farão com que exijam cada vez menos transformação de insumos materiais e energéticos. Que possam assim aliviar a pressão absoluta sobre os recursos naturais. Não existiria, portanto, tal “dilema do crescimento”.

DESCOLAMENTO TAMBÉM ABSOLUTO?

Em outubro de 2011, essa negação de que o crescimento possa constituir um “dilema” ganhou grande reforço com a divulgação de um pioneiro estudo sobre o caso específico do Reino Unido, feito pelo pesquisador independente Chris Goodall.⁷ Ele reuniu evidências empíricas que parecem confirmar a hipótese de que esse país começou a reduzir seu consumo agregado de recursos “físicos” em algum momento do período 2001-2003. As evidências se referem a uma ampla gama de bens, que vão da água ao papel, passando por materiais de construção. E sem deixar de lado os impactos das importações, como ocorre com frequência nos debates sobre a mitigação do aquecimento global.

As séries estatísticas utilizadas foram contas de fluxos materiais elaboradas pelo “Office of National Statistics” (ONS), que permitem o cálculo de três interessantes índices compostos.⁸ O primeiro estima a extração doméstica total (“Total Domestic Extraction”, **TDE**). O segundo acrescenta im-

7. A research paper by Chris Goodall, ‘Peak Stuff’: Did the UK reach a maximum use of material resources in the early part of the last decade? - 13 October 2011. http://www.carboncommentary.com/wp-content/uploads/2011/10/Peak_Stuff_17.10.11.pdf

8. Os “Material Flow Accounts” consideram três grandes segmentos (ou tipo de insumos usados pela economia para geração de valor que depois geram rejeitos: biomassa, minerais e combustíveis fósseis).

portações e deduz exportações, indicando o consumo material direto (“Direct Material Consumption”, **DMC**). E o terceiro incorpora estimativas dos materiais utilizados em outros países para produzir os bens importados pelo Reino Unido (“Total Material Requirements”, **TMR**). A tabela 1 resume os resultados desses três índices para o período 2001-2009.

Se os dados se referissem apenas a 2009, é claro que a queda teria sido atribuída à recessão iniciada em 2008. Também é importante registrar que entre 2003 e 2007 a população do Reino Unido cresceu 2,4%. Então, o que resta saber é a data do início dessa reversão de tendência que resultou em descolamento absoluto. O que pode ser tentado mediante comparações entre os picos de consumo de alguns insumos anteriores a 2007, ano de pico do PIB e do PNB.

Além dos oito insumos apresentados na tabela 2, o estudo de Goodall (2011) também considera alguns outros casos, como o do registro de novos automóveis, do consumo de eletricidade nas residências, e das viagens. Eles também parecem confirmar tendência à queda no mesmo período, mas com evoluções bem menos nítidas. De resto, essa revisão de evidências mais específicas deixa claro que as estatísticas sobre consumo de vestuário (“clothing”) indicam, ao contrário, altas superiores às do PIB/PNB até o limiar da recessão de 2008.

Tabela 1 – Mudanças nos níveis de insumos materiais na economia do Reino Unido (Milhões de toneladas e porcentagens)

	TDE	DMC	TMR
2001	663	700	2.174
2007	557	679	2.091
2009	458	566	1.755
2007 como porcentagem de 2001	84%	97%	96%
2009 como porcentagem de 2001	69%	81%	81%

Fonte: Goodall (2011:5) com base nos “Material Flow Accounts for the UK, 1970 to 2009, Office of National Statistics (ONS).

Tabela 2 – Anos de pico no uso de oito insumos pela economia do Reino Unido

Insumo	Ano
Água ⁹	2003/4
Energia	2001
Lixo ¹⁰	2002/3
Papel ¹¹	2000
Alimentos	2002/3
Carnes	2003/4
Cimento	1989
Fertilizantes ¹²	1985/7

Fonte: Goodall (2011) com base em diversas estatísticas.

Esta é a primeira demonstração explícita de que o descolamento absoluto é mesmo possível.¹³ O autor não pretendeu ir além da explicação baseada no uso mais eficiente dos recursos engendrada pelo progresso tecnológico, mas informa sobre duas outras hipóteses sugeridas por leitores de versões preliminares de seu estudo: o pico de mudanças de residência ocorrido em 2002, e a desigualdade de renda prevalente até 2007, que fez com que a renda disponível permanecesse estagnada para 99% da população do Reino Unido.

Seja qual for a melhor explicação, são evidências que, pela primeira vez, tornam razoável a hipótese da inexistência de incompatibilidade entre crescimento econômico e sustentabilidade. Ou melhor: de que não será sempre obrigatório que o crescimento de uma economia avançada turbine a pressão sobre os recursos naturais. O crescimento econômico desse tipo de economia pode ser capaz de não exigir aumento proporcional (ou mais do que proporcional) dos volumes de bens materiais consumidos.

9. Inglaterra e País de Gales.

10. Doméstico e industrial.

11. E outros produtos que usam a mesma matéria prima (“wood pulp”).

12. O pico do nitrogênio foi em 1987. O do fosfato foi bem anterior, com um primeiro pico em 1971, mas outro, um pouco inferior, em 1985.

13. Embora não tenha sido apresentado da mesma forma, um fenômeno idêntico pode estar ocorrendo em outras economias avançadas, como mostra, por exemplo, o “Sustainability Monitor for the Netherlands 2011” http://www.pbl.nl/sites/default/files/cms/publicaties/MDN_2011_ENG_Miniboek.pdf

Em tal perspectiva, uma economia “madura” não seria necessariamente sem crescimento, conforme a denominação que Peter Victor (2011) está propondo para que se evite a ambiguidade da “condição estável” (“steady state”), expressão escolhida há quase quarenta anos por Herman Daly e Kenneth Townsend (1973). A principal interrogação sobre a sustentabilidade passaria a ser, então, sobre o prazo necessário para que o grosso da economia global pudesse “amadurecer”, já que atualmente só existem duas dezenas de economias semelhantes ou comparáveis à do Reino Unido.

Em outras palavras, por contar essencialmente com o descolamento absoluto, a “economia verde” não seria uma proposta viável para a esmagadora maioria das economias do mundo, pois elas estão muito longe de atingir algo comparável com a “maturidade” de apenas uma parcela das economias da OCDE.

Além disso, é indispensável ter em conta o argumento de Herman Daly (2009) sobre a possibilidade de uma espécie de obsolescência do crescimento econômico. Se um dia o avanço tecnológico puder realmente engendrar um descolamento absoluto globalmente significativo, passaria a haver razão suplementar para se limitar o fluxo de matéria e energia que transforma insumos em produtos. Pois seria absurdo aceitar o correspondente prejuízo ambiental, já que seu aumento teria se tornado desnecessário à prosperidade, sobretudo se entendida como crescimento econômico medido pelo PIB. Mas será que a prosperidade continuará por muito tempo a ser avaliada pelo aumento do PIB?

MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO

A Rio+20 não poderá ignorar a proposta de superação do PIB lançada em setembro de 2009 pela ampla comissão presidida por Joseph Stiglitz, que teve Amartya Sen como conselheiro e Jean-Paul Fitoussi como coordenador.¹⁴ De suas quinze recomendações, as cinco primeiras não poderiam ser mais incisivas: 1) passar a olhar para renda e consumo em vez de olhar para a produção; 2) considerar renda e consumo em conjunção com a riqueza; 3) enfatizar a perspectiva domiciliar; 4) dar mais proeminência à distribuição de renda, de consumo e de riqueza; 5) ampliar as medidas de renda para atividades não-mercantis.

14. Ver Stiglitz, Sen & Fitoussi (2010) e www.stiglitz-sen-fitoussi.fr

Trata-se de um claro reconhecimento de que está inteiramente obsoleto o viés produtivista que orientou a montagem do atual sistema de contabilidades nacionais. No contexto de meados do século passado, a maior preocupação dos técnicos que o conceberam só poderia ter sido mesmo o aumento da produção, como foi muito bem demonstrado por André Vanoli.¹⁵ Porém, passados uns sessenta anos, chega a ser assustador que o desempenho econômico das nações continue a ser medido quase que exclusivamente por aumentos da produção mercantil interna e bruta.

A produção pode aumentar enquanto a renda diminui e vice versa, desde que se leve em consideração a depreciação, os fluxos de renda para dentro e para fora do país, e as diferenças entre os preços de produção e de consumo. Além disso, mesmo a renda e o consumo não serão bons indicadores de desempenho se não estiverem cotejados à riqueza. Para que se tenha um verdadeiro balanço da economia nacional, é preciso que ela imite a contabilidade das empresas, pois são cruciais as contas de patrimônio e as de endividamento.

Segundo a Comissão, a melhor maneira de superar as limitações da vetusta contabilidade que leva ao PIB é adotar o que chama de “perspectiva domiciliar”. Em países da OCDE que já fazem esses cálculos, ficou bem claro que a renda domiciliar real não costuma acompanhar as variações do PIB. É preciso levar em conta os pagamentos de tributos que vão para o governo, os benefícios sociais alocados pelo governo, e os pagamentos de juros que os domicílios fazem às corporações financeiras. Também é crucial que não sejam ignorados os serviços não-monetários prestados pelo governo às famílias, principalmente pelos sistemas de saúde e de educação.

Ainda sobre o PIB, a Comissão também preconiza mais audácia no sentido de que a mensuração do desempenho econômico venha a incluir atividades não-mercantis, principalmente as de serviços pessoais decorrentes de relações de parentesco. Sugere que o melhor ponto de partida poderá ser a realização de estimativas sobre o uso do tempo pelas pessoas.

Além de medir direito o desempenho econômico, também será necessário avaliar a qualidade de vida sem cair na ambiguidade do IDH: Índice de Desenvolvimento Humano. Neste caso, a proposta que acabou vingando é tão complexa que estará fora do alcance de países que não tiverem sofistica-

15. No melhor livro sobre o tema: “A History of National Accounting” (2005).

dos sistemas públicos de estatística. Para começar, a Comissão gostaria que todo o acúmulo já existente sobre avaliações subjetivas de bem-estar fosse incorporado em avaliações de qualidade de vida. E isso, mesmo depois de apontar quais são as questões ainda não resolvidas pelas pesquisas voltadas à aferição de satisfação com a vida e de experiências hedônicas. A ideia é que as agências oficiais de estatística ao menos comecem a levá-las a sério, incluindo em seus levantamentos as questões que já se mostraram válidas em surveys não-oficiais e menos abrangentes.

Outra grande ênfase do relatório está na terceira dimensão: a da absoluta necessidade de que os aspectos propriamente ambientais da sustentabilidade sejam acompanhados pelo uso de indicadores físicos bem escolhidos. Com abordagem semelhante à da Pegada Ecológica.¹⁶ O recado é claro: buscar bons indicadores não-monetários da aproximação de níveis perigosos de danos ambientais, como, por exemplo, os que estão associados à mudança climática. Se as pegadas carbono das economias vierem a ser bem calculadas, poderão ser os indicadores das contribuições nacionais à insustentabilidade global. E, melhor ainda, se surgissem medidas parecidas para o comprometimento dos recursos hídricos e para a erosão de biodiversidade. Esse trio seria suficiente para mostrar a que distância se está da sustentabilidade.

MELHOR DESEMPENHO DEPENDE DE MAIS EQUIDADE

Enquanto não forem reunidas as condições para essa tripla superação do PIB, a principal indagação será saber se seria preferível uma taxa média de aumento do produto mundial de 2%, dobrando em 35 anos, ou de 7%, quintuplicando em 24, como prega o Relatório Spence (World Bank, 2008). É mais: afirmar a necessidade de que, quaisquer que forem essas médias, que elas resultem de taxas das mais elevadas em uma centena de economias periféricas e das mais baixas nas duas dezenas de economias “maduras”. Só isso poderia engendrar compatibilidade entre a qualidade do crescimento econômico e a necessidade de conservação ecossistêmica, gerando algo mais parecido com a tão almejada sustentabilidade.

16. <http://www.footprintnetwork.org>

Mais de uma centena de nações têm se mostrado incapazes de obter crescimento econômico, mesmo o de tipo extensivo, que ao menos atenda às necessidades básicas de populações, que nas próximas décadas continuarão a aumentar a taxas ainda elevadas. No extremo oposto, encolhem as populações das duas dezenas de países que mais tiveram crescimento intensivo no século passado, e que hoje exibem PIB per capita de mais de 25 mil dólares-PPC, ou IDH superior a 0,930. Entre esses dois extremos há seis dezenas de nações em ascensão, nas quais inevitavelmente se reproduzem, ou são até exacerbados, os impactos negativos do crescimento intensivo. Basta pensar, por exemplo, nas emissões totais de carbono da China, Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul e outros grandes emergentes do segundo mundo.

É crucial que se pense, portanto, nas diferenças de situação desses três grupos de países – ou três mundos – para concluir que a prosperidade tenderá a exigir principalmente uma redistribuição das capacidades de consumo entre eles. Principalmente devido à disparidade de situações concretas em que se encontram mais de 150 sociedades periféricas e emergentes (para as quais o desafio é a qualidade de seu crescimento), e duas dezenas de sociedades “maduras”, que já estariam realizando o descolamento absoluto, como parece ser o caso do Reino Unido, segundo Goodall (2011), ou que já poderiam ter planos de transição a uma prosperidade sem crescimento nos moldes do modelo elaborado por Victor (2008) para o caso do Canadá.

Parece impossível, contudo, que surja qualquer dessas duas boas notícias sem prévia e concomitante redução das desigualdades entre as sociedades e no interior de cada uma delas. Por muito tempo isso pareceu até impossível, mas começam a surgir evidências empíricas de que, a partir de certo nível de renda, a redução das desigualdades materiais toma o lugar do crescimento econômico no processo de elevação do bem-estar. Trata-se agora de encarar a redução das desigualdades não somente em nome do nobre ideal de justiça social, ou de empatia pelos menos favorecidos, mas principalmente baseando-se na constatação concreta de que só drásticos avanços na direção da igualdade poderão realmente abrir caminho para uma prosperidade sustentável.

O mais comum é acreditar no inverso: que o crescimento econômico é que substitui igualdade de renda. Pois enquanto há crescimento, há esperança, permitindo que grandes diferenciais de poder de compra sejam toleráveis. É raríssimo o reconhecimento de que essa substituição também

pode funcionar no sentido inverso, pois mais igualdade torna o crescimento menos necessário e mesmo a ser desnecessário em países de altíssimo desenvolvimento humano. Neles, menos desigualdade material engendra uma infinidade de vantagens sociais, como revelou, em março de 2009, o excelente livro *The Spirit Level* (WILKINSON & PICKETT, 2009).¹⁷

Os países ricos com menos desigualdade são os que sistematicamente mostram melhor desempenho na dúzia de dimensões mais relevantes para a qualidade de vida. Em ordem alfabética: coesão social, dependências químicas, doenças mentais, educação, encarceramentos, longevidade, mobilidade social, obesidade, partos de adolescentes, saúde, vida comunitária e violência. Em 55 gráficos que examinam os comportamentos de variáveis ou indicadores dessas doze questões em relação à desigualdade de renda, o grupo dos sete países menos desiguais mostra sempre os melhores desempenhos: Japão, Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Bélgica e Áustria.¹⁸

Ainda mais impressionante é constatar que o mesmo padrão se repete quando são examinados desempenhos normalmente visto como mais ambientais do que sociais. Nas nações ricas com menor desigualdade há menos consumismo, mais reciclagem e mais ajuda externa a países pobres. Em forte contraste, as sociedades ricas mais desiguais são as que revelam as mais altas pegadas ecológicas, as que produzem mais lixo, as que consomem mais água e que são responsáveis por mais viagens de avião medidas em distância per capita.¹⁹

O DESAFIO

Aí está, então, o maior desafio de nosso tempo: adotar padrões de consumo menos extravagantes e mais equitativos em sociedades que realmente cultivem os três grandes ideais da modernidade – liberdade, igualdade e

17. E que deu origem ao website www.equalitytrust.org.uk

18. No extremo oposto surgem outros sete: Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Itália e Grécia. E em posição intermediária: Alemanha, Holanda, Espanha, França, Canadá, Suíça e Irlanda.

19. Algumas dessas evidências foram apresentadas em conferência do geógrafo Daniel Dorling (University of Sheffield) na Royal Geographical Society (Londres), em 2010: <http://sasi.group.shef.ac.uk/presentations/rgs/>

fraternidade – acrescidos do quarto, que só emergiu no final do século XX, a sustentabilidade.

Para tanto, é preciso que nos três mundos possam crescer bastante os serviços, as energias renováveis, os transportes públicos, a economia plural (que inclui a economia social e a solidária), as obras de humanização das megalópoles, as agriculturas e pecuárias familiares e biológicas. E que simultaneamente decresçam as intoxicações consumistas, a alimentação industrializada, a produção de objetos descartáveis e/ou que não podem ser consertados, a dominação dos intermediários, principalmente cadeias de supermercados, sobre a produção e o consumo, o uso de automóveis particulares, e o transporte rodoviários de mercadorias em favor do ferroviário (MORIN, 2011). A rigor, é o que alguns expoentes dos verdes e da socialdemocracia europeia estão chamando de “decrecimento seletivo”, reconhecendo que a maior dificuldade é identificar os setores que precisam decrescer e em que condições (CARESCHE et al., 2011).

Mesmo assim, o mais provável é que ao longo deste século a economia global continue a se expandir bastante, enquanto amadureçam as economias de mais de uma centena de nações periféricas e de mais de meia centena de emergentes. Por muito tempo, a resultante desse processo continuará a pressionar demais a biosfera, fazendo com que a pegada ecológica não encolha, apesar de possíveis conquistas na transição ao baixo carbono.

Não sendo possível dizer quais são os limites de um processo desse tipo – pois é impossível saber por quanto tempo a pegada ecológica poderá se manter tão alta quanto já está – é razoável argumentar que a comunidade internacional deveria adotar sobre o crescimento algo bem parecido com o chamado “princípio da precaução”. Todavia, como ressaltou Dupuy (2002), até aqui a experiência tem mostrado que mudanças na direção de decisões políticas mais altruístas não ocorrem pela consciência de incertezas, e muito menos pelo conhecimento de riscos. Quase sempre dependem muito mais de que haja clara percepção da possibilidade de catástrofe.

Isso se deve provavelmente à incipiência do conhecimento científico sobre as raízes da empatia, a capacidade de se colocar no lugar do outro. As ciências naturais e a antropologia mal começaram a mostrar como a capacidade de cooperar é parte fundamental da evolução humana (DE WAAL, 2010).

Então, por mais que pareça difícil, é preciso desde já combinar o objetivo da erradicação da pobreza com a necessidade de um dia conseguir

que a comunidade internacional comece a discutir a questão que realmente pode integrar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável: a das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- CARESCHE, Christophe, Géraud GUIBERT et Diane SZYNKIER (2011) *Le bonheur est-il dans la décroissance?* Paris: Jean Jaurès Fondation.
- COMELIAU, Christian (2006) *La croissance ou le progrès?* Paris: Seuil.
- DALY, Herman (1997) *Beyond Growth*. San Francisco: Freeman.
- DALY, Herman E.; FARLEY, Joshua (2004). *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D.C.: Island Press.
- DALY, Herman E. (2009) “Foreword”, in: Tim Jackson, *Prosperity without growth*, p. xi-xii.
- DALY, Herman e Kenneth N. Townsend (eds) (1973) *Toward a Steady-State Economy*, reeditado com o título *Valuing the Earth; Economics, Ecology, Ethics*. The MIT Press, 1993.
- DE WAAL, Frans (2010) *A era da empatia. Lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. São Paulo: Companhia Das Letras.
- DUPUY, Jean-Pierre (2002) *Pour un catastrophisme éclairé*, Paris : Seuil.
- DUVERGER, Timothée (2011) *La décroissance, une idée por demain*. Paris: Sang de la Terre.
- GADREY, Jean (2010) *Adieu à la croissance*, Paris: Les petits matins/Alternatives Économiques.
- HAMILTON, Clive (2003) *Growth fetish*, Sidney: Allen & Unwin.
- JACKSON, Tim (2009) *Prosperity without growth*, Londron: Earthscan.
- LATOUCHE, Serge (2006) *Le pari de la décroissance*, Paris: Fayard.
- LAURENT, Éloi (2011) *Social-écologie*. Paris: Flammarion.
- MORIN, Edgar (2011). *La Voie – Pour l’avenir de l’humanité*. Paris: Librairie Arthème Fayard.
- OCDE (2011) *Tools for delivering on green growth*. Prepared for the OECD meeting of the council at ministerial level. Paris 25-26 May 2011.

- ONU-DESA (2011) Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat – The Great Green Technological Transformation, World Economic and Social Survey.
- SEN, Amartya (1999) Development as freedom, Oxford: Oxford University Press.
- SORRELL, Steve (2007) The rebound effect: an assessment of the evidence for economic-wide energy savings from improved energy efficiency. Sussex Energy Group, London.
- STIGLITZ, Joseph E., Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi (2010) Mis-measuring our lives; Why GDP doesn't add up. The New Press.
- UNEP (2011a) – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. 2011.
- UNEP (2011b) UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Green Economy. <<http://www.unep.org/greeneconomy/>>
- VANOLI, André (2005) A History of National Accounting, IOS Press. (Originalmente em francês, editora La Découverte: Paris, 2002).
- VICTOR, Peter (2008) Managing without growth: slower by design, not disaster. Northampton: Edward Elgar.
- VICTOR, Peter (2011) “Amadurecendo economias”, entrevista de Flavia Pardini, Página22, n. 59, dezembro 2011, p. 14-19.
- WILKINSON, Richard & Kate Pickett (2009) The Spirit Level: why greater equality makes societies stronger. London: Boomsbury Press.
- WORLD BANK (2008). The Growth Report – Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development. (orgs. Michael Spence, Robert Solow e Danny Leipziger). Washington, DC.